



DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Magistratura quer isonomia em subsídios

CONAMP



Representantes da Frente formalizaram requerimento sobre revisão de subsídios no STF

Ao retomar a campanha pelos subsídios, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), da qual a Amagis é integrante, reivindica que a reposição inflacionária seja concedida em nome da isonomia perante outras carreiras do Sistema de Justiça, que, à exceção da Magistratura e do Ministério Público, foram contempladas com a atualização. **PÁGINA 3**

Golpe é aplicado com uso de ações predatórias

Advogados inescrupulosos fabricam demandas com documentos falsos e sem o conhecimento das partes para dar golpes milionários. **PÁGINAS 12 e 13**

Filme retrata ameaças contra juizes

Em matéria especial, magistrados falam sobre os riscos da profissão que deram origem ao filme Foro Íntimo, rodado no Fórum Lafayette, em BH. **PÁGINAS 14 a 16**

Magistratura quer isonomia perante as outras carreiras

MAURÍCIO SOARES*

Enquanto o Congresso Nacional se debate com a crise política, adotamos como linha de ação, no mês passado, uma forte interlocução com ministros do Supremo Tribunal Federal em defesa da atualização monetária dos subsídios da classe. O esforço é pela retomada da campanha pela reposição de modo que a proposta seja incluída no Orçamento da União para o próximo ano.

Nosso objetivo é levar a preocupação da Magistratura com a ausência de reposição, mais ainda, com a falta de isonomia com as demais carreiras. À exceção da Magistratura e do Ministério Público, todas as outras já tiveram sua recomposição salarial. Com a inclusão no Orçamento, novo

por esse processo de congelamento, quando a própria Constituição Federal garante o reajustamento periódico.

A nota técnica apresentada demonstra a necessidade de revisão, com análise técnica da evolução dos subsídios e a comparação com os índices de atualização, evidenciando a atual defasagem. É importante que os valores fundamentados no anteprojeto sejam também incluídos no Projeto de Lei Orçamentária Anual. De janeiro de 2015 a janeiro de 2017, as perdas salariais acumuladas atingiram o percentual de 41%.

Trata-se de mais uma iniciativa em busca da justa recomposição. Ainda em julho, as Associações reuniram-se com ministros do STF defendendo a necessidade de revisão dos subsídios, apresen-

“É inconcebível que os subsídios passem por congelamento, quando a própria Constituição garante o reajustamento periódico”

projeto de recomposição das perdas salariais será iniciado. A solicitação, acompanhada de nota técnica, foi endereçada à presidente do Supremo, ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, e apresentada a cada um dos ministros.

A iniciativa do projeto de lei de fixação dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal é exclusiva do presidente do STF, de acordo com a Constituição. Tudo isso está sendo feito sem prejuízo da apreciação do atual Projeto de Lei (PLC) 27/2017, que tramita no Congresso Nacional em favor da reposição e pelo qual retomaremos o diálogo com os parlamentares por sua aprovação imediata.

Com legitimidade, a Magistratura nacional reivindica tão somente a recomposição dos subsídios, que vêm sofrendo forte e longo período de defasagem. Não se pode admitir que os subsídios dos magistrados passem

tando o anteprojeto para recompor as perdas sofridas pelo processo inflacionário. Foram realizadas reuniões com os ministros Luiz Fux, Edson Fachin, Celso de Mello, Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski.

Paralelamente, estamos atentos a toda a tramitação no Congresso para evitar retrocessos e medidas que afetem as prerrogativas dos magistrados e o aperfeiçoamento do Judiciário. Quaisquer condutas que violem a autonomia do Poder Judiciário e do Ministério Público, a independência da Magistratura e os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade da administração pública terão nosso veemente repúdio.

Aqui em Minas, já neste mês de agosto, faremos as justas homenagens aos colegas que se aposentaram no ano passado em mais um reconhecimento àqueles que dedicaram sua vida à pacificação social e a distribuir justiça. ■

(*) *Presidente da Amagis*

ÍNDICE DECISÃO!

Amagis contesta declarações críticas a magistrados

PÁG 04

Orçamento do TJMG

PÁG 05

TRE-MG recebe propostas contra rezoneamento

PÁG 06

Juízes debatem Apacs em São João del-Rei

PÁG 07

Cármen Lúcia defende ouvidorias mais fortes

PÁG 08

Amagis é pioneira em tiro esportivo

PÁG 11

'Fábrica de fraudes' invade interior de Minas

PÁG 12

Filme aborda ameaças contra magistrados

PÁG 14

Reconhecimento e valorização

PÁG 17

Parceria entre Amagis e TV Justiça faz 15 anos

PÁG 21

Colônias renovadas para as férias

PÁG 23

SAÚDE!

Centro Oncológico é novo credenciado no Triângulo

PÁG 27

Magistrados aprovam ações preventivas

PÁG 28

JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Júnior

Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíz José Martinho Nunes Coelho

Vice-presidente do Interior:

Juíz Antônio Carlos Parreira

Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíz Ricardo Torres Oliveira

Diretor-Secretário:

Juíz Christyano Lucas Generoso

Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

Projeto Gráfico:

Agência Graffo

Diagramação:

Fosfato Comunicação Digital

Pré-impressão/Impressão:

Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Amagis contesta declarações críticas a magistrados

Associação divulgou nota pública em defesa de juízes e juízas

Em nota, a Amagis contestou, publicamente, as declarações do defensor público Vladimir Rodrigues em entrevista ao site G1, publicada no dia 28 de junho, sobre o mutirão para retificação de nome e de gênero, na qual ele critica a atuação de juízes e juízas mineiros nesses processos.

Em nota, o presidente da Amagis afirmou que os magistrados mineiros são reconhecidos nacionalmente pelo seu compromisso com a Justiça e cumprimento das

leis. O texto destacou ainda que a Associação e a Defensoria Pública de Minas Gerais são parceiras em várias iniciativas, como a citada, e que são os magistrados os responsáveis finais pelo benefício conferido às pessoas que buscam resgatar a dignidade com a retificação de nome e de gênero.

No dia 18 de julho, o presidente em exercício da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, divulgou nota pública em função de notícia veiculada no "Jornal da Manhã", de

"JM Online", sobre decisão judicial da juíza Andreísa Alvarenga Martinoli.

No texto, Alberto Diniz afirmou que a decisão da juíza foi fundamentada, com a estrita observância dos dispositivos constitucionais e legais. Ele disse ainda que quem estiver insatisfeito com uma decisão existem recursos legais às instâncias superiores.

"Críticas infundadas e incitação das partes, através da imprensa, em busca de notoriedade, em nada contribuem para o devido processo legal", afirmou Alberto Diniz. ■

Depoimento Especial

Método preserva dignidade de crianças vítimas de violência

- Na Comarca de Muzambinho, no Sul de Minas, o Depoimento Especial já é realidade desde 2009.
- A partir de 2018, os Tribunais de Justiça de todo o país deverão implantar salas para colher os depoimentos desta forma.
- O método assegura à criança e ao adolescente vítima de violência o direito de ser ouvido em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura que garanta sua privacidade.
- Saiba mais em: goo.gl/E6XHoN



Orçamento do TJMG

Amagis discute proposta para 2018 com foco nos interesses da classe

Com objetivo de dar continuidade aos estudos que a Amagis tem feito visando as participações nas reuniões do Comitê Orçamentário do TJMG, a Associação realizou reunião no dia 1º de agosto, da qual participaram o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz Júnior (integrante do Comitê Orçamentário da Justiça Comum de 2º Grau do TJMG, pela Amagis), e Jair San-

TIAGO PARRELA



Jair Santana, Maurício Soares e Alberto Diniz

tana, ex-superintendente de Orçamento do TJ e assessor da Amagis sobre o tema.

Durante o encontro, foram discutidas a proposta de orçamento do TJMG para 2018, a execução do orçamento de 2017 e o cumprimento da Resolução 219 do CNJ.

De acordo com o desembargador Maurício Soares, a Amagis acompanha de perto todos as questões relacionadas ao orçamento do Tribunal. "Apresentamos constantemente a nossa contribuição com ideias à administração orçamentária do TJ, em especial

quanto aos temas que dizem respeito à carreira dos magistrados", afirmou o presidente da Amagis.

Jair Santana destacou o empenho da Amagis com o tema. "Há uma grande preocupação da diretoria da Amagis com a elaboração de uma boa proposta orçamentária, uma boa previsão das despesas e um bom acompanhamento da alocação dos recursos do Tribunal, além do comprometimento com a resolução 219 do CNJ", afirmou. ■

11 de Agosto | Dia do Magistrado



Uma homenagem da Amagis aos homens e mulheres que se dedicam diariamente à defesa da Justiça e da paz social.

TRE-MG recebe propostas contra rezoneamento

Propostas serão encaminhadas ao TSE até 18 deste mês

O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) irá encaminhar, até o dia 18 deste mês, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) as propostas para a execução do rezoneamento eleitoral em Minas Gerais, apresentadas durante a audiência pública, realizada no dia 14 de julho, e por e-mail ao Tribunal Mineiro.

As propostas foram enviadas ao TRE-MG por magistrados, servidores, promotores, parlamentares, advogados e cidadãos. A maioria delas solicita a manutenção das zonas eleitorais em suas respectivas comarcas, seja pela estrutura existente para abrigar os serviços da Justiça eleitoral, ou pelos prejuízos

GEORGIA BACVAROFF



Audiência pública sobre rezoneamento no TRE-MG

que a extinção proposta na resolução 23.512/2017, do TSE, pode causar.

Essas solicitações vão ao encontro da posição das Associações de magistrados e do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que participou da audiência pública no TRE-MG, e que se manifestou publicamente contrário à resolução por considerar que ela viola o princípio da hierarquia administrativa, afeta o modelo de Justiça Eleitoral, consolidado desde o processo de redemocratização em 1985, e atinge o acesso do cidadão aos serviços eleitorais.

O presidente do TRE-MG, desembargador Edgard Pena Amorim, destacou que a audiência e o envio das sugestões permitiram ao Tribunal, de forma democrática, conhecer a expectativa daqueles que poderão ser afetados pelo rezoneamento, possibilitando que, no cumprimento da resolução do TSE, o resultado seja capaz de atender aos anseios do povo mineiro.

BRASÍLIA

No plano nacional, as Associações de classe têm mantido o diálogo com os

parlamentares para expor quais os impactos do rezoneamento eleitoral em todo o País. No dia 4 de julho, o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, e membros da diretoria da Associação reuniram-se com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

No encontro, os dirigentes alertaram o presidente da Câmara sobre os prejuízos que podem ser causados com a extinção das zonas eleitorais, como problemas na fiscalização e julgamento dos processos eleitorais e o longo deslocamento dos eleitores nas regiões mais remotas do País. ■

Avanço na autoproteção

Comissões de segurança da Amagis e Asmegeo reúnem-se com Exército

A mobilização das Comissões de Segurança de Associações de magistrados de todo o País começa a dar os primeiros resultados. Após reunião agendada pela AMB, em Brasília, no dia 29 de junho, com o general Ivan Neiva, diretor da Divisão de Fiscalização de Produtos Controlados, o Exército informou que não exigirá tes-

AMAGIS



Encontro no quartel general do Exército, em Brasília

te psicotécnico para juízes, seja para aquisição ou renovação do registro das armas restritas.

As Associações foram representadas pelo desembargador José Osvaldo Furtado de Mendonça, presidente da Comissão Permanente de Segurança da Amagis, e o juiz Hamilton Gomes Carneiro, da Comissão de Segurança Institucional da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmegeo). ■

Juízes debatem Apacs em São João del-Rei

Presidente da Amagis participou de congresso com magistrados

Dos dias 13 a 16 de julho, representantes dos Três Poderes e de países como Alemanha, Portugal e Itália, líderes religiosos, estudantes e voluntários participaram do 8º Congresso das Associações Proteção aos Condenados (Apacs), que incluiu em sua programação o Encontro de Magistrados das Comarcas com Apacs. Realizado em São João del-Rei (Campo das Vertentes), o evento foi iniciativa da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC).

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, falou sobre sua trajetória como juiz na área criminal e afirmou que essa experiência lhe permitiu dar um valor ainda maior à metodologia Apac e ter uma dimensão da excelência que o sistema alcança. “Como presidente da Amagis, recebo muitas demandas de magistrados das varas de Execução Penal e percebo que o trabalho desses magistrados é um verdadeiro sacerdócio, pois, o que se espera deles vai muito além do cumprimento de suas funções judicantes”, afirmou.

O coordenador executivo do Programa Novos Rumos, do TJMG, desembargador José Antônio Braga, destacou que o congresso teve o objetivo de fortalecer e unificar a aplicação do método apaqueano, por meio do debate das ações aplicadas para a reinserção dos apenados na sociedade.

Na avaliação do juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, assessor da presidência do TJMG para assuntos das Apacs, o encontro permitiu a troca de ideia e experiência entre os magistrados, demonstrando ainda a união e força do movimento em prol das unidades prisionais, com a participação de defensores públicos e promotores. “A metodologia de trabalho das Apacs é simples, mas exige uma grande dedicação das pessoas para aquilo que é mais precioso, o amor e o respeito ao próximo”, disse.

Para o juiz Ernane Barbosa Neves, da Comarca de São João del-Rei, os magistrados não podem

**Luiz Carlos,
Maurício
Soares, José
Antônio
Braga e
Ernane
Barbosa**

FOTOS: IZABELA MACHADO



**Jarbas
Ladeira,
Geraldo
Augusto,
Cledorvino
Belini,
Thiago
Carneiro
e Durval
Ângelo**



admitir que a execução penal sirva apenas para retirar o apenado do convívio com a sociedade, pois, aos poucos, ele vai perdendo a sua dignidade. “Não há mais espaço para o juiz de gabinete, que fica isolado em seu mundo. Precisamos desmistificar aquela ideia do ‘homem da capa preta’, pois o cidadão não deve temer a figura do magistrado”, comentou.

As Apacs são entidades civis de direito privado, que se dedicam à reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade. Baseado no respeito, na ordem, no trabalho e no envolvimento da família do sentenciado, o método Apac visa à valorização humana.

HOMENAGENS

A abertura oficial do encontro foi marcada pela homenagem ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, com a entrega do Diploma da Ordem ao Mérito Penitenciário. A honraria foi recebida pelo filho do magistrado, o advogado Thiago Carneiro.

Em nome do presidente do Tribunal, Thiago Carneiro agradeceu o carinho a seu pai e disse que a execução penal sempre foi a “menina dos olhos” do desembargador Herbert Carneiro. “É muito bom saber que, por mais que haja percalços, a implantação da metodologia Apac tem evoluído. Isso deixa

meu pai muito feliz, pois ele sempre fez de seu ofício um instrumento de pacificação social”, afirmou.

Ainda na solenidade de abertura, o desembargador Jarbas de Carvalho Ladeira Filho, ex-coordenador do Programa Novos Rumos do TJMG, o deputado estadual Durval Ângelo e o presidente do Instituto Minas Pela Paz, Cledorvino Belini, receberam a Medalha Jason Albergaria.

Na ocasião, o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos anunciou a liberação, por parte do TJMG, de cerca de R\$11 milhões oriundos de penas pecuniárias, para serem empregados em projetos das Apacs no Estado. ■

Cármem Lúcia defende ouvidorias mais fortes

GEORGIA BAÇVAROFF



Ministra Cármem Lúcia e magistrados durante palestra do encontro de ouvidores

A ministra Cármem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu o fortalecimento das ouvidorias em palestra realizada, no dia 7 de julho, durante o III Encontro do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, sediado pelo TJMG, no qual, ao longo de três dias, foi debatido “O Poder Judiciário e a Sociedade Democrática – O Papel das Ouvidorias Judiciais”.

Segundo a ministra, a ouvidoria é o caminho do diálogo do cidadão com a Justiça, seja por meio de reclamações, dúvidas e sugestões, proporcionando ao Judiciário ter uma visão de suas ações de fora para dentro. “A Ouvidoria tem o grande mérito de dotar de legitimidade o Poder Judiciário, qualquer que seja a decisão tomada e qualquer que seja a reação à nossa decisão”, afirmou Cármem Lúcia.

Na abertura do encontro, no dia 6 de julho, a pales-

Presidente do STF participa de encontro realizado no TJMG, com o apoio da Amagis

tra foi proferida pelo ministro aposentado Carlos Mário Velloso, ex-presidente do STF, que discorreu sobre a história das ouvidorias e de seu lugar para a administração pública. Segundo o ministro, os primeiros registros da atuação de ouvidores são de 1809, na Suécia, que recebiam e encaminhavam as queixas dos cidadãos contra os órgãos públicos.



“A Ouvidoria tem o grande mérito de dotar de legitimidade o Poder Judiciário, qualquer que seja a decisão tomada e qualquer que seja a reação à nossa decisão”
Cármem Lúcia

De acordo com o ministro, a ouvidoria foi criada no Brasil na década de 1980, com inspiração no ombudsman, palavra de origem sueca, que significa representante do cidadão. Em 2003, foi instituída a Ouvidoria Geral da República, hoje Ouvidoria Geral da União, e, em 2004, com a emenda constitucional 45, foi determinada a criação de ouvidorias no Poder Judiciário e no Ministério Público. “As ouvidorias, hoje, estão sendo criadas e instaladas em todo o Judiciário e MP,

constituindo instância de controle e participação social destinada ao aprimoramento da gestão pública”, disse.

Ainda na abertura do encontro, do qual participaram representantes de 26 Tribunais de Justiça, o desembargador Moacyr Lobato, então ouvidor do TJMG, agradeceu ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, o presidente em exercício do Tribunal, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, e ao presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, pelo apoio para a realização do evento.

Segundo o desembargador Moacyr Lobato, as ouvidorias judiciais representam a busca de afirmação institucional, instrumento de participação, elo entre o cidadão e a Justiça (*Leia entrevista com o magistrado na página ao lado*).

O presidente do Cojud, desembargador Altair de Melo Júnior,

do TJRS, falou sobre a criação do Colégio Nacional de Ouvidores, em 2015, até a realização do III Encontro Nacional, em Minas Gerais, e também agradeceu o apoio do TJMG e da Amagis.

O presidente em exercício do TJMG, desembargador Geraldo Augusto de Almeida, destacou o papel das ouvidorias como instrumento capaz de tornar a gestão pública mais transparente. “Ressalto a importância das ouvidorias judiciais pelo serviço que prestam, contribuindo para a aproximação da sociedade com o Judiciário, sem o qual não há Estado de Direito Democrático”, concluiu.

Na solenidade de abertura foi lançado o livro ‘Ouvidorias de Justiça, Transparência e Lei de Acesso à Informação’, que reúne 31 artigos de estudiosos sobre o tema.

No dia 28 de julho, o desembargador Luís Carlos Gambogi tomou posse como ouvidor do TJMG. ■



“As ouvidorias, hoje, estão sendo criadas e instaladas em todo o Judiciário e MP, constituindo instância de controle e participação social destinada ao aprimoramento da gestão pública”
Carlos Mário Velloso

Desembargador Moacyr Lobato



MARCELO ALBERT / TJMG

Por dois anos, o desembargador Moacyr Lobato esteve à frente da Ouvidoria do TJMG. Ao fim do seu mandato, ele avaliou que, hoje, as ouvidorias judiciais não cumprem mais somente um papel passivo diante da sociedade, pois, elas têm se constituído também como instrumento de promoção da cidadania e de aprimoramento democrático do Poder Judiciário. Foi com o objetivo de compreender esse novo lugar ocupado pelas ouvidorias, e em busca de avanços no campo das competências delas, que o TJMG sediou, dos dias 6 a 8 de julho, o III Encontro Nacional do Colégio de Ouvidores Judiciais.

“As ouvidorias, hoje, assumem o papel de instrumento de promoção da cidadania e de aprimoramento democrático da gestão do Poder Judiciário.”

“O cidadão quer um Judiciário cada vez mais independente, envolvido na solução de determinados conflitos.”

Qual a atuação das Ouvidorias Judiciais hoje?

As ouvidorias não têm mais uma atuação passiva, embora seja extremamente relevante ouvir as reclamações e sugestões dirigidas aos tribunais. As ouvidorias, hoje, assumem o papel de instrumento de promoção da cidadania e de aprimoramento democrático da gestão do Poder Judiciário. Foi sobre esse papel que pudemos discutir no III Encontro Nacional do Colégio de Ouvidores Judiciais, em busca de avanços no campo das competências das ouvidorias.

Como as ouvidorias podem ter mais protagonismo na relação entre sociedade e Judiciário?

Em junho de 2016, por exemplo, o Conselho Nacional de Justiça, por iniciativa do conselheiro ouvidor, Luiz Cláudio Allemand, celebrou, com mais de 18 Tribunais de Justiça dos estados, convênios para que as Ouvidorias Judiciais sejam também verdadeiros instrumentos de mediação e conciliação. No TJMG, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos celebrou uma parceria para que a ouvidoria participe desse esforço alinhado à vertente mais moderna da mediação e conciliação.

Como equilibrar a relação com os diferentes órgãos de um tribunal?

É preciso definir muito bem o papel institucional de cada órgão ou instância envolvida nessa relação. No que diz respeito à mediação e à conciliação, ela é afeta à área específica da 3ª Vice-presidência do TJMG. Nesse sentido, a ouvidoria cumpre um papel auxiliar de agente potencializador da conciliação e mediação. Muitas vezes, o cidadão procura a ouvidoria por entender que a tramitação de um processo não está adequada. Nesses casos, além de prestar o serviço demandado pela pessoa, a ouvidoria esclarece as possibilidades existentes, como a própria mediação e conciliação.

A ouvidoria permite que o Judiciário se conheça mais a partir do cidadão?

O principal papel que uma Ouvidoria Judicial pode cumprir, hoje e num modo geral às ouvidorias públicas, é exatamente o de constituir-se como instrumento auxiliar de gestão. Na medida em que são identificadas questões que se repetem de forma sistemática, que haja uma insatisfação ou uma satisfação considerável, já que a ouvidoria não recebe só reclamações, esse fato pode e deve

ser levado ao gestor. Em nosso caso, à Presidência do Tribunal de Justiça, para conhecimento e adoção de práticas capazes de aprimorar a relação entre o Poder Judiciário com a sociedade.

Nesses dois anos à frente da Ouvidoria do TJMG, já foi possível compreender qual Judiciário a sociedade almeja?

O cidadão quer um Judiciário cada vez mais independente, envolvido na solução de determinados conflitos. Nós temos uma excessiva judicialização no Brasil. O desafio do magistrado, hoje, é ser participante, ativo e independente. Sem perder essas características, espera-se que ele se envolva com os problemas da sociedade da qual ele é parte integrante. Não se pode ter uma postura alta e distante.

O Judiciário que se quer hoje, e esse é um avanço do qual a ouvidoria sente-se muito integrada, é realmente darmos essa nova dimensão à Magistratura, sem que ela perca o que lhe é essencial: a independência, autonomia e a noção própria de que, sem dúvida alguma, constitui um Poder da República. ■

Programa Julgar será expandido

Nova estrutura e critérios aumentarão número de sessões e audiências

Em apenas seis meses, o programa Julgar: Rede Ampliada de Justiça Criminal, do TJMG, tem promovido, em Belo Horizonte, uma média de 16 sessões do júri por semana e, diariamente, três audiências a mais nas varas de tóxicos. Mesmo apresentando números positivos, a prática passou por alguns ajustes para tornar sua ação mais efetiva.

De acordo com o juiz auxiliar da Comarca de Belo Horizonte, Daniel César Boaventura, a proposta do programa é “dobrar” a pauta de julgamentos (realização de audiências, sessões do júri e prolação de sentenças), com o apoio de servidores, a designação de juízes auxiliares e atuação de juízes cooperados voluntários, valendo-se da estrutura do Tribunal de Justiça

Sessão do Júri do programa Julgar no auditório da unidade Goiás, do TJMG

GEORGIA BAÇVAROFF



500 processos serão encaminhados para julgamento nessa nova estrutura

em horário no qual antes ela ficava ociosa.

Segundo o magistrado, na avaliação constante que é feita da prática, pode-se observar que algumas audiências e sessões do júri não eram realizadas por motivos internos ou até mesmo porque os critérios não atendiam a inserção de alguns processos no programa. Daniel Boaventura afirmou que o objetivo dos ajustes é assegurar que todas as sessões do júri e audiências criminais sejam efetivamente realizadas. “Aumentando a quantidade de audiências e/ou de julgamentos,

consegue-se reduzir o acervo paralisado e, por conseguinte, elevar a celeridade da prestação jurisdicional”, disse.

Como parte das mudanças feitas, o juiz auxiliar da Comarca de Belo Horizonte, Alexandre Cardoso Bandeira, apontou a importância da nova estrutura montada no subsolo do Fórum Lafayette para o funcionamento de mais um plenário de julgamento, que irá auxiliar na diminuição dos processos do primeiro e segundo Tribunal do Júri da Capital.

Alexandre Bandeira destacou ainda que as

sessões, que antes aconteciam às sextas-feiras, passarão a ser realizadas em todos os dias da semana. “Com a expansão, além de um local mais apropriado, teremos julgamentos todos os dias da semana, o que contribuirá para o julgamento de casos antigos”, disse.

Ainda de acordo com o magistrado, a expectativa com as mudanças é de auxiliar na agilidade dos julgamentos relacionados a crimes graves. “A portaria da presidência do TJMG, inclusive, prevê que 500 processos serão encaminhados para julgamento nessa nova estrutura”, comentou. ■

CNJ oferece cursos a distância

Inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site do Conselho

A partir deste mês, o Conselho Nacional de Justiça volta a oferecer, gratuitamente, os cursos desenvolvidos pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Judiciário, com o objetivo de promo-



As inscrições podem ser feitas no site cnj.jus.br

ver a educação corporativa e as competências dos membros do Judiciário para aprimoramento dos serviços judiciais.

As aulas são realizadas na modalidade de ensino a distância (EaD), e entre os cursos ofertados estão improbidade administra-

tiva, gestão documental no Poder Judiciário, gestão da qualidade, gestão do conhecimento e metodologia de análise e solução de problemas.

Como parte do conteúdo ofertado está a oficina de parentalidade, que fica disponível cons-

tantemente no site. Desenvolvida pela juíza Vanessa Aufiero, da 2ª Vara de Família de São Vicente (SP), a oficina utiliza recursos audiovisuais e textos, e tem como objetivo ajudar pais e filhos a superarem conflitos que ocorrem na família durante a fase da separação. ■

Amagis é pioneira em tiro esportivo

Associação é a única do país a promover torneio da modalidade olímpica

IZABELA MACHADO



Dirigentes da Amagis, magistrados e familiares durante o torneio de tiro

Única Associação de classe a promover competição de tiro esportivo, modalidade olímpica desde 1896, a Amagis promoveu, no dia 8 de julho, o 2º Torneio de Tiro Esportivo, do qual participaram magistrados de todo o Estado. As provas de tiro de precisão e tiro prático foram realizadas no estande de tiro do Centro de Material Bélico do 5º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), em Belo Horizonte.

Na abertura da competição, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, disse que, além de permitir que os magistrados testem suas habilidades, o torneio teve como principal objetivo congrega a Magistratura e incentivar os associados a praticarem esporte. Maurício Soares ainda destacou o apoio da PMMG, do Águila Clube de Tiro Prático e da Federação Mineira de Tiro Prático.

Segundo o presidente da Comissão Permanente de Segurança da Amagis, desembargador José Osvaldo Furtado de Mendonça, o torneio permitiu aos magistrados, principalmente àqueles que nunca manusearam uma arma de fogo, testar suas habilidades em uma modalidade esportiva muito segura.

Na avaliação do vice-presidente da Comissão Permanente de Segurança da Amagis, juiz Eduardo Gomes dos Reis, competições como essa reforçam o espírito coletivo e desmistificam a prática esportiva de tiro. "Os praticantes de tiro não confundem o esporte com andar armado. São duas coisas completamente

diferentes. Aqui, estamos nos confraternizando e treinando nossas habilidades", disse o magistrado.

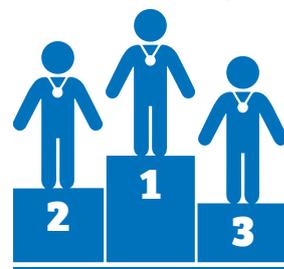
O vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, juiz Ricardo Torres Oliveira, destacou que a Amagis é a única Associação de magistrados do País que realiza uma competição de tiro esportivo. "Iniciativas como essa, além de incentivar os magistrados a praticarem esporte, permitem uma aproximação entre os colegas fora do ambiente formal de trabalho", comentou.

Para a juíza Andréa Cristina de Miranda Costa, que competiu na categoria feminina, não basta apenas ter o porte de arma, é preciso saber atirar com segurança. "Ao promover o torneio, a Amagis também está incentivando o juiz a aprimorar suas habilidades e investir em sua segurança, ao mesmo tempo em que proporciona uma confraternização entre os colegas", concluiu.

Na avaliação do juiz Leonardo Lima Publio, o torneio permitiu ao magistrado que já porta arma de fogo adquirir novos conhecimentos, ao proporcionar o contato com profissionais experientes e também diminuir a resistência daqueles que ainda têm receio em manusear uma arma. O magistrado elogiou ainda a segurança oferecida pela estrutura do torneio.

O desembargador Belizário de Lacerda afirmou que a competição organizada pela Associação não ficou devendo em nada aos torneios de tiro profissionais realizados em todo o País. ■

CLASSIFICAÇÃO



★ CATEGORIA GERAL

- ▶ Arthur Brum dos Reis – 1º lugar
- ▶ Eduardo Gomes dos Reis – 2º lugar
- ▶ Paulo Rubens Salomão Caputo – 3º lugar
- ▶ Eunice Brum Pereira dos Reis – 4º lugar
- ▶ Edalgina Bráulia Furtado de Mendonça – 5º lugar

★ CATEGORIA MASCULINA

- ▶ Arthur Brum dos Reis – 1º lugar
- ▶ Eduardo Gomes dos Reis – 2º lugar
- ▶ Paulo Rubens Salomão Caputo – 3º lugar
- ▶ Matheus Rezende Vilela – 4º lugar
- ▶ Taunier Malheiros – 5º lugar

★ CATEGORIA FEMININA

- ▶ Eunice Brum Pereira – 1º Lugar
- ▶ Edalgina Bráulia Furtado de Mendonça – 2º lugar
- ▶ Tainá Miri – 3º lugar
- ▶ Andréa Cristina de Miranda Costa – 4º lugar
- ▶ Gisele Souza Santos Campelo – 5º lugar

‘FÁBRICA DE FRAUDES’ INVADE INTERIOR DE MINAS

Ações predatórias são usadas para golpes em comarcas no interior do Estado

Uma verdadeira fábrica de fraudes invade as varas cíveis do interior de Minas Gerais e de São Paulo em busca de ganhos ilícitos por meio de ações predatórias. Advogados inescrupulosos fabricam demandas com documentos falsos e, na maioria das vezes, sem o conhecimento das partes a quem dizem representar, para dar golpes milionários.

Depois de serem flagrados em Varginha, alguns deles migraram para cidades vizinhas do Sul de Minas, do Centro-Oeste e Triângulo Mineiro e até de São Paulo, como Campinas e Ribeirão Preto. Três advogados estão presos em Bom Sucesso, acusados de apropriação indébita, falsidade ideológica e de documento.

Os crimes estavam sendo praticados desde 2014, em Bom Sucesso e região, e foram desbaratados após investigação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

O modus operandi é quase sempre o mesmo. Com informações privilegiadas, levantam dados de pessoas com o nome negativado em órgãos de restrição (SPC/Serasa) e, aproveitando-se da ingenuidade e da falta de instrução delas, as aliciam como clientes, para aplicar os golpes.

Ao constatar que havia irregularidades na negativação dos nomes, entravam com ações judiciais. Porém, quando recebiam a indenização não a repassavam às pessoas de direito. A Comarca de Varginha é a que mais tem sido alvo dessas fraudes há cinco anos. Cerca de 20 mil ações abarrotaram a comarca, inviabilizando seu funcionamento. Apesar do arquivamento de milhares, ainda hoje, apenas na 3ª Vara Cível dessa comarca, oito mil ações repetitivas travam a tramitação regular. “Aqui em Varginha, as varas cíveis ficaram abarrotadas desses processos. Eles ingressam com várias ações, às vezes, mais

de 15, 20, 30 de uma vez só de uma mesma pessoa, abusando do direito de ação e inviabilizando a comarca”, constatou a juíza Adriana Barbosa, titular da 3ª Vara e diretora da Seccional da Amagis na Comarca.

De acordo com a magistrada, eles ingressam com ações de vários tipos, se a parte autora tem o nome negativado, pleiteando receber honorários ao final. “A prática é exatamente essa, de uma negativação, eles multiplicam cinco, seis ações sobre o mesmo tema em vez de uma só”, disse a juíza, confirmando que só um advogado tem 10 mil ações. “O acervo fica muito grande, impedindo a tramitação regular dos demais processos”, disse a juíza que também substituiu na Comarca de Bom Sucesso.

Segundo servidores da Comarca de Bom Sucesso, alguns advogados chegaram ao ponto de entregar um kit com procuração e declaração para que as

partes assinassem e, a partir daí, entravam com inúmeras ações. “Muitas vezes, as partes nem tomam conhecimento das ações”.

A prática tem sido denunciada ainda em outras cidades do Sul, como em Passos, Elói Mendes, Muzambinho, e da Grande BH. Antes da entrada em vigência do NCPC, distribuía inúmeras Cautelares de Exibição de Documentos e fundamentavam como satisfativa. Agora, migraram para Declaratória de Inexistência de Débito, com pedido de tutela de urgência para que os documentos fossem exibidos.

“O entendimento jurisprudencial consolidado favorece esse tipo de fraude já que restou sumulado que a simples comprovação de inscrição indevida é suficiente para dar ensejo à condenação por danos morais”, observou a juíza Denise Canedo Pinto, da 1ª Vara Cível de Passos.

SUSPEITA

Há casos de advogados que contratam pessoas para angariar clientes. Os alvos são os negativados. A partir daí, surgiram duas situações: uma, abordagem às pessoas negativadas; a outra, as pessoas eram atraídas pelas comparsas, que repassavam os documentos para formalização da procuração.

De acordo com outra juíza de Passos, Patrícia Maria Oliveira Leite, da 3ª Vara Cível, mais de três mil ações tramitam ali. “A quantidade de ações propostas chamou a atenção e revelou que não havia outro intuito senão o de fabricar honorários de advogados. Acredito que haja uma quadrilha agindo nesse sentido.

OAB-MG



Corregedor de Justiça, André Leite Praça, reúne-se com o presidente da OAB, Antônio Fabrício

No princípio, achamos que queriam apenas sufocar o Judiciário. Depois, achamos estranho o fato de centenas de pessoas procurarem o mesmo advogado para o mesmo tipo de ação”, disse a juíza Patrícia, desconfiando, então, de falsificações de documentos.

“Pra minha surpresa, comecei a chamar os autores das ações e eles não apareciam. Quem veio declarou que jamais tinha outorgado procuração para os advogados, que sequer conheciam. Agora, no terceiro momento, esses autores não estão nem vendo a cor do dinheiro. Estão embolsando os honorários como também os valores de eventuais indenizações. Uma parte chegou a reclamar que não recebeu o valor de indenização recebida pelo advogado. A grande maioria é de pessoas simples, que não vai reclamar”.

GRANDE BH

Em Contagem, na Grande BH, a juíza Mônica Silveira, da 4ª Vara Cível, identi-

cou o mesmo esquema orquestrado para obtenção de vantagens ilícitas “Nas Varas Cíveis, especialmente na área do Direito Privado, têm havido grande número de demandas, que, informalmente, chamam-se de fabricadas, ou de litígio criado, ou seja, a pessoa, na verdade, não enfrenta uma situação verdadeira de direito violado, não há uma situação em que ela sofreu uma injustiça, uma violação de direito para trazer à apreciação do Judiciário. Fabrica-se uma demanda, assume-se um risco, pois se pode perder, mas talvez se ganhe algo. Na hipótese de ganhar, há ganhos para outros envolvidos na demanda. Isso gera um demandismo e um congestionamento absurdo na Justiça Cível”, disse a magistrada.

A média de distribuição de feitos nas cinco Varas Cíveis de Contagem, por exemplo, até abril deste ano, era de cerca de 240 processos/mês. Em maio e junho, subiu para 300, 310 por Vara. “O que nós temos verificado é fabricação de fatos mesmo, falseamento de fatos para trazer à Justiça, demandas que na realidade não veiculam litígios reais. É a criação de litígios em uma tentativa de obter um ganho ilícito”, denunciou, advertindo que o alto volume dessas “aventuras jurídicas” trava e impede o Judiciário de dar resposta rápida àquelas demandas que vinculam direitos violados.

“Há casos inclusive em que os autores da ação negam a outorga de procuração, ou apontam que outorgaram mandato com finalidade diversa. Essas questões todas precisam ser tratadas pelo sistema inteiro de Justiça. O Judiciário sozinho dificilmente vai conseguir coibir essa prática”, afirmou. ■

Cerca de
20 mil
ações
abarrota-
ram a comarca
de Varginha

Corregedoria de Justiça busca parceria da OAB

No dia 10 de julho, o corregedor-geral do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador André Leite Praça, discutiu o assunto com o presidente da OAB/MG, Antônio Fabrício Gonçalves, na sede da entidade. O corregedor solicitou a participação da OAB Minas em um grupo de trabalho para monitorar e fiscalizar fraudes contra a justiça, além de gerenciar ações repetitivas e de demandas fabricadas que são encaminhadas ao tribunal.

“Nossa intenção não é que ninguém seja impedido de ter acesso à justiça, mas que essa busca seja legítima com o intuito de defender o funcionamento do Judiciário em Minas, pois dessa maneira está ficando inviável”, disse Leite Praça.

O presidente Antônio Fabrício colocou a OAB à disposição do tribunal para integrar o grupo de trabalho e disse que o assunto será levado ao Conselho Pleno da seccional na próxima reunião.

“Estaremos vigilantes sobre esses casos que extrapolam a questão da razoabilidade. Vamos punir, sem dúvidas, os advogados que tiverem usando a justiça para se beneficiar, além de impedir o andamento jurisdicional. Estamos formando a comissão e os casos fraudulentos serão encaminhados ao Conselho de Ética da OAB”, adiantou Antônio Fabrício. ■

FILME ABORDA AMEAÇAS CONTRA MAGISTRADOS

‘Foro Íntimo’ foi gravado no Fórum Lafayette

DIVULGAÇÃO



Cena do filme
Foro
Íntimo

GEORGIA BAÇVAROFF, IZABELA TEIXEIRA E TIAGO PARRELA

Quando abre os olhos, depois de uma noite de sono, doutor Teixeira visualiza a pilha de processos, a mesa, o computador e os materiais de trabalho de seu gabinete, onde ele também passará o dia, acompanhado, sempre, de homens armados e sem qualquer privacidade. São 24 horas por dia vivendo nas dependências do fórum e distante da família, que precisou ser transferida para Buenos Aires. Nem mesmo nos seus sonhos, Teixeira consegue sair dali.

Doutor Teixeira é o juiz personagem principal do filme ‘Foro Íntimo’, cujas gravações aconteceram dentro do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte. **A história foi baseada em fatos reais. O filme é o primeiro longa de ficção do diretor Ricardo Mehedff, e a inspiração para o roteiro, escrito a quatro mãos com Guilherme Lessa, surgiu há cerca de cinco anos, quando Mehedff começou a ler notícias sobre juizes brasileiros que viviam sob proteção policial no País.**

Mehedff contou que, durante o processo de elaboração do roteiro, entrevistou quatro magistrados brasileiros – sendo um mineiro – que relataram situações extremas, como o fato de terem que dormir no próprio gabinete e até em um quartel do Exército, para minimizar o risco de um possível atentado. “Para mim, isso era a grande ironia e uma inversão

de valores. Um juiz, que estava ali para julgar e, às vezes, condenar e prender alguém, encontrava-se igualmente preso nesse sistema”, afirmou o diretor.

FÓRUM LAFAYETTE

Como parte de sua pesquisa, Mehedff passou várias tardes no Fórum Lafayette acompanhando

audiências das varas criminais, contando com a ajuda do então diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte, juiz Cássio Fontenelle. Reconheceu que esse processo foi fundamental para a composição do filme, mas que, ao fim do dia, saía sempre exausto e tenso por absorver toda aquela “carga dramática”. “Ao chegar ao andar das varas criminais e de tóxicos, já sentia uma energia diferente, pesada. Ficava impressionado. Quando ia embora, levava tudo aquilo para casa. Fico imaginando o juiz, que precisa lidar diariamente com isso”, relatou o diretor.

BRASIL DOENTE

‘Foro íntimo’ mostra um juiz fragilizado, prestes a perder o controle de suas emoções e atormentado por situações que, muitas vezes, parecem mais alucinações. O filme tem uma forte carga psicológica e carrega uma tensão crescente. “Eu quis construir um personagem humano, frágil, como todos nós somos. De forma alguma quis colocá-lo em um pedestal, como muitos

enxergam um juiz”, disse o cineasta.

O diretor contou ainda ter ficado espantado com o quanto a realidade brasileira se assemelhava à ficção. “De certa forma, fiz uma analogia do Brasil atual, pois vejo um país doente. Não só a instituição da Justiça, mas todas as instituições brasileiras. O juiz do filme representa o Brasil que não consegue mais andar para frente e vive sob ameaça de todos os lados”, comparou.

Para Ricardo Mehedff, todo o processo de produção do filme o ajudou a enxergar o quanto as pessoas, principalmente aquelas que nunca precisaram recorrer à Justiça, desconhecem o próprio sistema judicial brasileiro. “Existe um estereótipo criado com a ajuda de filmes hollywoodianos que glamuriza a Justiça, que a coloca muito distante da população. No Brasil, não há glamour nenhum nisso. É bem o contrário”, pontuou o diretor.

SOLIDÃO

O juiz da ficção é interpretado pelo ator Gustavo Werneck, que mergulhou no universo da Justiça e dos processos criminais para compor o “Doutor Teixeira”, seu primeiro papel protagonista no cinema. Além de ator, Werneck também é médico e, por conta disso, se identificou com a solidão com a qual o juiz se depara em muitos momentos de seu trabalho.

Antes de as gravações começarem, ele também passou alguns dias no fórum acompanhando o trabalho de magistrados da vara criminal.

“Percebi que o juiz é um homem absolutamente normal, mas que, a partir do momento que veste a toga e precisa lidar com atos graves cometidos por outros homens, ele passa a estar sozinho e a ter uma escuta interna muito forte. Como médico, também tomo decisões importantes e solitárias. O médico cura a doença no ser humano, e o juiz, de certa maneira, também aplica um tipo de remédio com a intenção de reabilitar aquela pessoa”, avaliou Werneck.

PROFISSÃO DE RISCO

Para o juiz Wagner de Oliveira Cavaleri, titular da Vara de Execuções Criminais de Contagem (Grande BH), a Magistratura pode ser considerada uma profissão de risco na medida em que os juízes atuam de forma individualizada e direta. “O magistrado, ao decidir, acaba por contrariar interesses de toda espécie, e isso pode lhe causar situações de risco”, admitiu o magistrado. De acordo com Cavaleri, enquanto em outras profissões são as instituições que agem na visão da sociedade, na Magistratura, há uma personificação de um ato que é do Poder Judiciário. Com isso, o juiz atrai para si sentimentos diversos, entre eles os de vingança ou revanche.

É para evitar esse tipo de situação que o juiz Odilon de Oliveira, da 3ª Vara Federal de Campo Grande (MS), recebe escolta da Polícia Federal há nada menos que 18 anos, desde que atua na fronteira do País combatendo o tráfico de drogas. Ele avaliou que esse aparato estatal de segurança é indispensável para a proteção do magistrado e da família e que, “infelizmente, o Brasil não está preparado para enfrentar essa realidade, sendo imprescindível a conscientização dos Tribunais”.

Para Odilon de Oliveira, a vida sob a escolta deixa o mundo muito reduzido para quem recebe a proteção. “É como se vivêssemos em regime semialberto ou de prisão domiciliar”, disse o juiz, ressaltando o grande número de restrições impostas pela segurança. “Ter escolta não significa viver in dulce farnient, exatamente por essas limitações e por constrangimentos inerentes à própria situação”, descreveu Oliveira.

MISSÃO

Embora passe por tudo isso e viva situações muitas vezes inimagináveis, como bem retratou o filme ‘Foro Íntimo’, Odilon de Oliveira afirmou que não escolheria outra profissão. “O interesse social não deve ser lesado por afronta de criminosos contra magistrados. Eu faria tudo de novo, se fosse preciso”, enfatizou o juiz.

Criar uma cultura de segurança de autoridades, com treinamentos periódicos para exercer a proteção dos magistrados, seria uma medida eficaz no combate ao cenário de ameaças contra o Judiciário, na opinião do magistrado. Ele defendeu ainda que seja criada uma estrutura em cada Tribunal de Justiça e em cada fórum, com viaturas blindadas e composta por agentes do próprio Poder Judiciário, com esse objetivo.

O juiz Wagner Cavaleri também defendeu o aprimoramento constante dos mecanismos de segurança, bem como treinamentos tanto para

“A AMAGIS VEM DESEMPENHANDO PAPEL FUNDAMENTAL NO APERFEIÇOAMENTO DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS E SEUS FAMILIARES, COM A COMISSÃO DE SEGURANÇA E O ACOMPANHAMENTO DE DIVERSAS SITUAÇÕES QUE ENVOLVAM MAGISTRADOS.”

JUIZ WAGNER CAVALIERI

“O INTERESSE SOCIAL NÃO DEVE SER LESADO POR AFRONTA DE CRIMINOSOS CONTRA MAGISTRADOS. EU FARIA TUDO DE NOVO, SE FOSSE PRECISO.”

JUIZ ODILON DE OLIVEIRA

“AO CHEGAR AO ANDAR DAS VARAS CRIMINAIS E DE TÓXICOS, JÁ SENTIA UMA ENERGIA DIFERENTE, PESADA. FICAVA IMPRESSIONADO.”

RICARDO MEHEDDFF-
DIRETOR DO FILME

magistrados quanto para seus familiares, a fim de que adotem comportamentos em suas vidas profissionais e pessoais de acordo com as peculiaridades das funções que exerçam. De acordo com ele, o aperfeiçoamento dos sistemas de câmeras de segurança, com monitoramento ao vivo e a distância, aumento dos efetivos de vigilantes ostensivos e exigência da presença da Polícia Militar, ou Guarda Municipal, nos fóruns, durante os horários de expediente, são medidas que poderiam contribuir para a segurança dos magistrados.

“A Amagis vem desempenhando papel fundamental no aperfeiçoamento das condições de segurança dos magistrados e seus familiares, com a Comissão de Segurança e o acompanhamento de diversas situações que envolvam magistrados. Além disso, a Associação atua de forma harmônica com o Centro de Segurança Institucional do TJMG, somando esforços e cobrando melhorias das condições para cada magistrado do Estado”, destacou Cavalieri.

Secretário-adjunto da Secretaria de Segurança de Magistrados da AMB, o desembargador Wanderley Salgado de Paiva destacou o trabalho que tem sido desenvolvido na Associação, em parceria com as demais Associações estaduais e Tribunais de Justiça de todo o País, com o objetivo de orientar os magistrados filiados, bem como os integrantes dos respectivos tribunais. Projetos para a área de segurança, como a criação do “botão de pânico” nos respectivos gabinetes e veículos, armamento e veículos blindados estão entre as iniciativas, assim como a cartilha ‘Magistrados seguros: dicas preventivas de se-

gurança’, lançada recentemente pela AMB, na sede da Amagis, com objetivo de promover dicas mínimas para os magistrados e seus familiares.

FORO ÍNTIMO

Depois de dez anos enfrentando de perto as ameaças de traficantes e quadrilhas organizadas, o desembargador Eli Lucas de Mendonça aposentou-se, em 2009, e não quer reviver as difíceis lembranças. Sua palavra hoje é de agradecimento à família, aos colegas magistrados e aos servidores que conviveram com ele durante o difícil período em que atuou como juiz titular na Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, enfrentando perigosos narcotraficantes do País. “Os demais, que não me compreenderam e, por muitas vezes, quiseram ser meus algozes, eu perdoo, lembrando Cristo preso na Cruz, que, diante do sofrimento, pediu ao Pai: ‘Perdoai, eles não sabem o que fazem’”, citou ele, concluindo que “lidar com seres humanos é muito complexo”. O desembargador contou que, apesar das dificuldades que faziam parte do exercício da profissão, sobreviveu, honrando o cargo que exerceu.

Hoje, Eli Lucas de Mendonça tem o descanso merecido. Ele reafirmou a importância da compreensão da família, a solidariedade da Magistratura e o apoio do Tribunal de Justiça, bem como da Amagis, para o bom desempenho da perigosa e estafante função judicante. “São indispensáveis a presença do TJMG e o papel da Associação dos Magistrados, no sentido de estar ao lado do juiz, defendendo suas prerrogativas e buscando melhores condições de trabalho, aí incluindo a segurança pessoal e familiar. Isso fortalece a carreira e possibilita tranquilidade no exercício

pleno da função judicante”, afirmou o desembargador.

Ao expor um juiz abalado psicologicamente, o filme Foro Íntimo permite ao espectador refletir sobre até que ponto vale a pena a dedicação e o sacrifício impostos pela profissão e quais as consequências disso. Para o ator Gustavo Werneck, o confinamento, a solidão nas decisões e a enorme frustração por não conseguir as provas, que ele julgava fundamentais no processo, acabam por adoecer o personagem.

Na vida real, o juiz Wagner Cavalieri acredita que não se pode exigir do magistrado, ou de qualquer outro servidor público, que ele abra mão de tudo em função de seu exercício e em favor da sociedade. “A sociedade é corresponsável pela paz social e pela preservação dos valores éticos e morais que devem sustentá-la. Todavia, quem assume o compromisso de cumprir sua missão deve estar preparado para enfrentar momentos de crise e dificuldades”, reconheceu.

Para o juiz da Vara de Execuções de Contagem, a exibição do filme pode ajudar, na medida em que participa a sociedade e a própria Magistratura da evolução dos riscos que a classe enfrenta diuturnamente. “Mas também penso que devemos mostrar nossas dificuldades, mas sem expor nossas fragilidades”, afirmou. ■

TIAGO PARRELA



Exibição do filme **Foro Íntimo** no Fórum Lafayette

Reconhecimento e valorização

Amagis homenageará aposentados no dia 17 de agosto

Como forma de reconhecimento e valorização daqueles que dedicaram sua vida à Justiça, a Amagis homenageará, em sua sede, no dia 17 de agosto, 21 juízes e desembargadores que se aposentaram em 2016.

Para o juiz aposentado José Martinho Nunes Coelho, vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, a homenagem é importante não só para o magistrado aposentado, mas também para o próprio associativismo mineiro, uma vez que essa é uma

forma de reconhecer o valor daqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para o fortalecimento da Magistratura mineira.

Para além da homenagem, José Martinho destacou o trabalho da Associação em Brasília para garantir os direitos dos aposentados. De acordo com ele, hoje, o grande desafio é fazer prevalecer o princípio da paridade, a fim de garantir os mesmos benefícios entre magistrados aposentados e os da ativa. "O princípio da paridade está na Constituição. É importante lembrar que o juiz é vitalício. Portanto, como ele goza da vitaliciedade, esse princípio tem de ser respeitado", afirmou.

Um dos homenageados deste ano, o desembargador aposentado Antônio Sérvulo

dos Santos disse que a solenidade é uma forma de a Associação demonstrar para a classe a importância que cada magistrado tem para o Judiciário mineiro. "As famílias ficam muito honradas com a homenagem", comentou.

Na avaliação de Antônio Sérvulo, a Associação se dedica tanto aos magistrados da ativa quanto aos aposentados, mantendo a integração de todos, seja com a assistência à saúde, promoção de eventos, como o Integramagis, ou no lançamento das revistas MagisCultura e Amagis Jurídica. "A integração entre magistrados aposentados e os da ativa não pode cair nunca. E, com certeza, a diretoria da Amagis não vai permitir que isso aconteça", comentou. ■

Amagis integra Comissão Cultural da AMB

Juiz Ricardo Torres representará a Associação

O vice-presidente Socio-cultural-Esportivo da Amagis, juiz Ricardo Torres Oliveira, foi designado, em julho, pelo presidente Maurício Soares para representar a Associação na Comissão Cultural da AMB.

Na avaliação do juiz, a comissão pode cumprir o papel de integração tanto das Associações de magistrados quanto dos próprios magistrados a partir da construção de uma pauta conjunta da AMB no campo da cultura. Ele espera ainda poder contribuir com a experiência das iniciativas realizadas pela Amagis, bem como trazer para o Estado as realizações de outras Associações.

CLÁUDIA RAMOS / TRE-MG



Juiz Ricardo Torres Oliveira

As reuniões da Comissão Cultural da AMB têm como objetivo a implementação de projetos culturais que serão

realizados nos âmbitos nacional e estadual e destinados a magistrados que desenvolvam atividades artísticas. ■

RÁPIDAS

Os desembargadores Reynaldo Ximenes e Luís Carlos Gambogi, os juízes Sérgio Luiz Maia e Américo de Freitas de Jesus e as juízas Marixa Fabiane Rodrigues e Danielle Nunes Pozzer receberam, no dia 14 de julho, o Título de Cidadania Honorária do Município de Nepomuceno (Sul de Minas).



O juiz Lourenço Migliorini, diretor do Fórum de Uberlândia e secretário da Seccional da Amagis na comarca, foi homenageado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), no dia 21 de junho, com o Diploma de Colaborador Benemérito, após realizar palestra para os alunos do Curso de Formação de Sargentos da PMMG.



O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais homenageou, no dia 5 de julho, o presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, com a Comenda Bombeiro Honorário 2017, e o desembargador Newton Teixeira de Carvalho, com a Medalha da Ordem do Mérito Imperador Dom Pedro II. No dia 26 de junho, o presidente do Tribunal recebeu a Medalha do Mérito Tenente-coronel João Batista de Assis, no grau ouro, da União dos Militares de Minas Gerais.

Modernidade e tradição

Órgão Especial realiza primeira sessão na nova sede do TJMG

RENATA CALDEIRA / TJMG

Com 120 anos de história na capital mineira, o TJMG teve sua sede própria instalada em 1911, no Palácio da Justiça, onde até o dia 28 de junho eram realizadas as sessões do Órgão Especial. Com a mudança de sede, o colegiado passou a realizar seus julgamentos no prédio da Avenida Afonso Pena, em Belo Horizonte, aliando a tradição do Judiciário mineiro às modernas instalações do novo edifício.



A primeira sessão do Órgão Especial na nova sede foi realizada no dia 12 de julho, sendo dirigida pelo presidente em exercício do TJMG, desembargador Geraldo Augusto, que, na ocasião, citou

o empenho do presidente do Tribunal, desembargador Herbert Carneiro, e dos desembargadores Pedro Bitencourt Marcondes e Joaquim Herculano Rodrigues, ex-presidentes do Tribunal,

Novas instalações do Órgão Especial do TJMG

para unificar as atividades jurisdicionais da segunda instância em uma só unidade.

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que participou da sessão, destacou que a administração do Tribunal conseguiu prover magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados com instalações dignas e com boas condições de trabalho, que estão à altura da importância do TJMG. ■

Curso aprimora formação

Durante três dias, magistrados participaram do Programa Vitaliciar

IZABELA MACHADO

Dos dias 12 a 14 de julho, os juízes de direito substitutos que ingressaram no Judiciário mineiro em fevereiro do ano passado participaram da 13ª edição do Programa de Aperfeiçoamento de Magistrados Vitaliciandos do TJMG, cujo objetivo é proporcionar aos novos magistrados acompanhamento de suas atividades no período que precede sua entrada definitiva na Magistratura.

Na abertura da edição do programa,



da qual participou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares. O desembargador Wagner Wilson, superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), destacou que o curso tem um significado

muito especial, pois os magistrados terão a oportunidade de compartilhar o aprendizado e experiência adquiridos na rotina dos fóruns.

Durante os três dias de curso, foram abordados temas como a "A ética na vida,

Lisandre Borges, Maurício Soares, Wagner Wilson, Mariangela Meyer e Aparecida Grossi

na gestão e na jurisdição", "Execução Penal e Sistema Penitenciário", "Pontos controvertidos do Novo CPC no seu primeiro ano de vigência", e a "Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar". Os magistrados participaram ainda de um treinamento teórico e prático na Academia de Polícia Militar de Minas Gerais, realizado pelo Centro de Segurança Institucional do TJMG. ■

RÁPIDAS

✦ **Em julho, o juiz Thiago Grazziane Gandra, da Comarca de Ipatinga, lançou o livro "Prisão sem vigilância estatal – evolução da pena de prisão e o método Apac", publicado pela Juruá Editora. Com 286 páginas, a obra também está disponível na versão digital e pode ser comprada pelo site www.juruu.com.br.**

✦ **Os desembargadores Afrânio Vilela, Amauri Pinto Ferreira, Armando Freire, Corrêa Camargo, Domingos Coelho, Mariangela Meyer, Nelson Missias de Moraes, Pedro Aleixo, Ramom Tácio e Wanderley Paiva e o juiz Marcelo Rodrigues Fioravante receberam, no dia 16 de julho, a Medalha do Dia de Minas, em cerimônia realizada na cidade histórica de Mariana, presidida pelo governador Fernando Pimentel.**

DE COMARCA EM COMARCA

- ★ O juiz Ricardo Rodrigues de Lima, da 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial, de Juiz de Fora, foi removido por antiguidade para a Vara da Infância e da Juventude da mesma Comarca.
- ★ O juiz Jayme de Oliveira Maia, da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Visconde do Rio Branco, foi promovido por antiguidade para o cargo de 3º juiz de Direito da 2ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Juiz de Fora.
- ★ O juiz Anderson Fábio Nogueira Alves foi removido por merecimento do cargo de JDAE de Caratinga para o cargo de juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial da mesma comarca.
- ★ O juiz Marco Antônio de Oliveira Roberto foi promovido, por merecimento, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de Conselheiro Pena para o cargo JDAE de Caratinga.
- ★ O juiz Famblo Santos Costa, da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Bocaiúva foi promovido, por antiguidade, para o cargo de JDAE de Governador Valadares.
- ★ O juiz Michel Cristian de Freitas foi removido, por antiguidade, do cargo de 1º JDAE de Governador Valadares para a Vara de Execuções Criminais da mesma comarca.
- ★ A juíza Edna Márcia Lopes Caetano, da 1ª Vara Cível de Santa Luzia, foi removida, por merecimento, para a 3ª Vara Cível de Santa Luzia.
- ★ Sabrina Alves Freesz, JDAE de Santa Luzia, foi removida, por merecimento, para a 1ª Vara Cível de Santa Luzia.
- ★ A juíza Elãine de Campos Freitas, da 1ª Vara Cível de Ouro Preto, foi promovida, por merecimento, para o cargo de JDAE de Santa Luzia.
- ★ O juiz Marcelo da Cruz Trigueiro, da 2ª Vara Cível de Betim, foi removido, por merecimento, para o cargo de 53º Juiz de Direito Auxiliar de Belo Horizonte.
- ★ A juíza Renata Souza Viana, da 1ª Vara Cível de Ibitiré, foi removida, por antiguidade, para o cargo de juíza de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Ibitiré.
- ★ O juiz Omar Gilson de Moura Luz foi promovido, por antiguidade, da Vara Criminal da Infância e Juventude de Viçosa para a 1ª Vara Cível de Ibitiré.
- ★ O juiz Daniel Teodoro Mattos da Silva, da 2ª Vara Criminal de Governador Valadares, foi removido, por merecimento, para o cargo de JDAE de Pouso Alegre.
- ★ O juiz Hélio Marcos Miotto, da Comarca de Botelhos, foi promovido, por antiguidade, para o cargo de juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Guaxupé.
- ★ A juíza Gicélia Milene Santos, da Comarca de Espinosa, foi promovida, por merecimento, para a 2ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Janaúba.
- ★ A juíza Ana Paula Lobo Pereira de Freitas, 150º JDS, que responde por Santa Bárbara, foi promovida, por antiguidade, para a 2ª Vara Cível de Ouro Preto.
- ★ O juiz Enismar Kelley de Freitas, da 2ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude de São Gonçalo do Sapucaí, foi removido, por merecimento, para a Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Três Pontas.
- ★ A juíza Cristiane Vieira Tavares Zampar, 33º JDS, que responde por Guaranésia, foi promovida, por antiguidade, para a Vara Criminal de Guaxupé.
- ★ O juiz Marco Anderson Almeida Leal, 9º JDS, que responde por São João da Ponte, foi promovido, por merecimento, para a 2ª V. Cv, Cr e da Inf. e da Juv. de Araçuaí.
- ★ A juíza Aline Damasceno Pereira de Sena, 18º JDS, que responde por Conceição do Mato Dentro, foi promovida, por antiguidade, para a 2ª V. Cv, Cr e da Inf. e da Juv. de Guanhães.
- ★ O juiz Leonardo Guimarães Moreira da 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Guanhães foi removido, por merecimento, para a Vara Criminal e da Infância e da Juventude de Campo Belo.
- ★ Permuta entre o juiz Leonardo Antônio Bolina Filgueiras, da Vara da Infância e Juventude e Execuções Penais da Comarca de Betim, e a juíza Simone Torres Pedrosa, 2ª JDAE da Comarca de Betim.
- ★ Permuta entre o juiz Jefferson Keiji Saruhashi, da 16ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de Belo Horizonte, e a juíza Raquel Discacciati Bello, da 1ª Unidade Jurisdicional do Juizado Especial das Relações de Consumo da Capital.
- ★ A juíza Marina Rodrigues Brant foi promovida, por antiguidade, do cargo de juiz de Direito da Unidade Jurisdicional do Juizado Especial de João Monlevade para a 2ª Vara Criminal, Precatórias Criminais e Execução Penal de Sete Lagoas.

Impresso ou eletrônico

Você escolhe como quer receber o jornal DECISÃO, da Amagis. Por padrão, o jornal continuará a ser enviado impresso. Caso deseje receber apenas a versão eletrônica, envie e-mail para imprensa@amagis.com.br com a solicitação.



facebook.com/Amagis



twitter.com/AmagisMG



youtube.com/AmagisMG



VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO



FERNANDA MARQUES



KELLY SANTOS

Colaboração premiada

A colaboração premiada ocorre quando o acusado fornece ao juiz informações importantes sobre o processo criminal, caso as informações sejam comprovadas, permitindo a redução de pena do delator, de acordo com a Lei 9.807/99. Para falar sobre esse assunto, convidamos o desembargador Wanderley Paiva, da 1ª Câmara Criminal do TJMG, e Sérgio Leonardo, diretor da OAB-MG. (Foto)

Regime de bens no casamento

O regime de bens no casamento é um conjunto de regras que determina juridicamente como os bens do casal serão administrados. A novidade é que o regime de bens pode ser alterado depois do casamento; antes não podia. Nossos convidados são o juiz José Eustáquio Lucas Pereira, da 2ª Vara de Família de Belo Horizonte, e o advogado Sílvio Tarabal.

Constelação Sistêmica

O Via Justiça discute a constelação sistêmica na solução de conflitos judiciais. A constelação familiar foi criada pelo filósofo alemão Bert Hellinger e aplicada ao Poder Judiciário. Nossas convidadas são a juíza Christiana Motta Gomes, da 1ª Vara de Família de Contagem, e Andréa Evaristo Coelho Rocha, terapeuta sistêmica.

Direito do Turista

Os direitos e deveres dos turistas e a polêmica da cobrança de bagagens nos aeroportos são os temas do Via Justiça. Os convidados são o desembargador Ronaldo Claret de Moraes, da 10ª Câmara Cível do TJMG, e Luciana Atheniense, da Comissão de Direito do Consumidor da OAB-MG. A Anac aprovou, em dezembro de 2016, a resolução nº400/2016, que determina novas regras nos serviços prestados pelas companhias aéreas. (Reprise) ■

Identificação Civil Nacional

Em maio deste ano foi sancionada a Lei 13.4444/2017, que instituiu a Identificação Civil Nacional para unificar os cerca de 20 documentos de identidade usados no Brasil até 2020. O objetivo é dificultar a falsificação que gera, anualmente, prejuízos de R\$ 60 bilhões aos cofres brasileiros. Nosso convidado é o desembargador Marcelo Guimarães Rodrigues, da 2ª Câmara Cível do TJMG. (Foto)

Encontro de Ouvidores

O desembargador Moacyr Lobato de Campos Filho, então ouvidor-geral do TJMG, é o convidado do Pensamento Jurídico para falar sobre o III Encontro Nacional do Colégio de Ouvidores Judiciais, em que o eixo central é o Poder Judiciário e Sociedade Democrática. Qual deve ser o papel das ouvidorias?

Código de posturas

O novo Código de Posturas reúne o conjunto de normas mais efetivas e democráticas. O objetivo é garantir a qualidade de vida e a boa convivência entre os cidadãos, definindo claramente direitos e deveres na utilização do espaço público. A entrevista é com o juiz Michel Curi e Silva, da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias.

Paz em Casa

A campanha Justiça pela Paz em Casa tem o objetivo de priorizar a realização de audiências, júris, sentenças e despachos das ações da 1ª Instância que envolvam violência contra a mulher. Para falar sobre o assunto, convidamos a desembargadora Kárin Liliane de Lima Emmerich e Mendonça, superintendente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJMG. ■

TV ASSEMBLEIA

Sexta-Feira, às 23h (Canal 11)

TV JUSTIÇA Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)



Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

TV COMUNITÁRIA

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

Parceria entre Amagis e TV Justiça faz 15 anos

Programas Pensamento Jurídico e Via Justiça são exibidos na emissora

Proporcionar ao cidadão uma visão completa da Justiça, possibilitando que o público conheça o dia a dia do Poder Judiciário, suas principais decisões, os seus direitos e deveres. Com esse propósito, há 15 anos, foi criada a TV Justiça.

Atenta à necessidade de aproximar os cidadãos do Judiciário, a Amagis, na gestão do desembargador Doorgal Andrada (2002–2003), apostou na inovação trazida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e tornou-se parceira da emissora desde sua fundação, em 2002. Desde então, a Associação veicula, nacionalmente, os programas Pensamento Jurídico e Via Justiça.

Daquele período, Doorgal Andrada contou que sua gestão assumiu a direção da Amagis ao mesmo tempo em que o STF lançava a TV Justiça, em Brasília, e que, por ser uma instituição privada, a Associação tinha mais possibilidades de aderir ao projeto. “Havia o interesse da diretoria de que a Magistratura se aproximasse da população, divulgando para a sociedade como é a atuação dos juízes”, comentou o desembargador ao observar a importância de divulgar o trabalho da magistratura mineira em um canal nacional.

Segundo Doorgal Andrada, a TV Justiça contribuiu para que a relação e comunicação do Poder Judiciário com a sociedade melhorasse. Para ele, o Judiciário até hoje é muito fechado, seja, pelas terminologias ou pela forma de trabalhar, uma vez que a relação do juiz com o seu “cliente” é intermediada pelos advogados. “O Judiciário, naturalmente, é um órgão mais silencioso, mas também não pode ficar preso à opinião pública”, disse.

Na avaliação do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a parceria com a TV Justiça foi importante para trazer a magistratura mineira mais perto do público, ou seja, daquele que



“É muito importante que o cidadão saiba o que Judiciário faz, para que serve esse Judiciário. E a televisão cumpre esse papel com eficácia”
Maurício Soares

AMAGIS



Gravação do Pensamento Jurídico no Congraçamento da Magistratura

PATRÍCIA AZEVEDO / DOM TOTAL



Equipe de TV da Amagis na Escola Superior Dom Helder Câmara

é o destinatário final de tudo o que se faz no Judiciário. “É muito importante que o cidadão saiba o que Judiciário faz, para que serve esse Judiciário. E a televisão cumpre esse papel com eficácia”, afirmou.

Para Maurício Soares, hoje, a informação é importante em qualquer setor da sociedade. Por isso, segundo ele, é fundamental que o juiz fale com a população, transmita a segurança de que o Judiciário está trabalhando e entregando a Justiça a todo mundo. “O cidadão bem informado é aquele que conhece os seus direitos e vai buscá-los aonde quer que seja”, concluiu.

O presidente da Amagis destacou ainda a importância da descentralização da produção dos programas, como ocorre com os programas Via Justiça e Pensamento Jurídico, uma vez que, de acordo com ele, a base do Poder Judiciário é a Justiça estadual, representada pelos juízes que têm uma ligação mais próxima com a população. “Em termos de capilaridade, 80% das ações que tramitam no País estão na Justiça estadual. Por isso, é importante que o juiz estadual transmita as ações e o dia a dia do Judiciário. A TV Justiça deu espaço para todo o Sistema de Justiça”, apontou. ■

FORO PRIVILEGIADO

Consequências práticas da nova interpretação do STF

DOORGAL BORGES DE ANDRADA*

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a discutir nova interpretação para aplicação do foro por prerrogativa de função – o foro privilegiado – de um modo mais restritivo, retirando os crimes comuns cometidos por parlamentares, magistrados, membros do MP, ministros de estado, governadores, etc.

Alguns pontos negativos poderão advir dessa mudança, data vênia. Primeiramente, é de se ressaltar que o ‘foro por hierarquia da função’ existe por razões históricas, sociológicas, jurídicas e não é uma invenção brasileira, mas fruto de uma evolução do direito ao longo de séculos na Europa, onde, aliás, todos os 28 países praticam o foro privilegiado e até a imunidade parlamentar, como de resto, todos os países da América do Sul. Ainda agora, o Ministério Público francês solicitou do Parlamento Europeu autorização para poder processar criminalmente a conhecida deputada Marine Le Pen.

Alguns argumentam que o STF não possui estrutura material e já conta quase

500 processos criminais com foro privilegiado. Cada ministro teria então cerca de 45 processos. Ocorre que, se forem parar na 1ª Instância, onde as varas criminais estão com mais de 3 ou 4 mil processos e cabem inúmeros recursos -, a morosidade poderá ser maior que no STF. Lembro que o juízo federal de Curitiba, que julga a ‘Lava Jato’, foi obrigado a paralisar todo o seu trabalho para ficar por conta daquele processo, e recebe ainda ajuda de juízes-cooperadores. Portanto, é uma vara incomum, com excepcionalidade.

A alegação de necessidade da alteração porque ‘todos somos iguais perante a lei’ parece sem consistência jurídica. Sempre somos julgados igualmente pela mesma lei, pois respondemos igualmente pelos crimes previstos no mesmo Código Penal, pela mesma lei do direito de família, as mesmas regras do direito de propriedade, a mesma CLT, etc. A prevalecer esse entendimento equivocado, então, talvez, até teríamos que extinguir - por exemplo, toda a Justiça Federal: ora, por que o homicídio cometido por servidor público federal pode ser julgado no Tribunal do Júri na Justiça Federal, e, não no Tribunal do Júri da Justiça Comum? Seria isso uma desigualdade? Evidente que não. Do contrário, a própria competência originária do STF não poderia existir, afinal, tudo e todos teriam que ser julgados sempre e apenas pelo juiz de 1º grau da Justiça Comum.

Essa alteração do foro nos levará a fatos curiosos: os magistrados dos Tribunais poderão

ser denunciado pelo promotor de justiça na comarca de qualquer cidade, e, caso venham ser condenado pelo juiz a uma pena maior que dois anos de prisão ou detenção (em regime aberto ou sursis) perderá até o cargo de ministro, seja do STF, STJ, TST, STM, TSE, os desembargadores, membros do MP estadual ou federal - o PGR-deputados, senadores, governadores, etc. Se alguns cidadãos se sentirem ofendidos por um discurso ou entrevista concedida pelas autoridades acima, poderão processá-las em diversas cidades ao mesmo tempo, oferecendo queixas-crime.

Juízes irão julgar os promotores de justiça, e os promotores de justiça poderão denunciar juízes - da mesma comarca -, desembargadores, ministros, etc. O delegado de polícia poderá requerer a prisão do juiz ou do promotor com quem trabalha. Tudo próprio de uma anarquia hierárquica funcional.

“ESSE ‘FORO ESPECIAL ABRASILEIRADO’ (FORO PRIVILEGIADO RESTRITO) OFENDERÁ TODA A HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL NOS PAÍSES QUE ADOTAM A CIVIL LAW.”

No interior do País, um policial que tenha antipatia por um juiz, promotor, desembargador ou ministro, ou que seja desafeto político-ideológico de um deputado, gover-

nador ou senador, poderá encontrar razões para legalmente dar voz de prisão em flagrante delito, inúmeras vezes.

Neste momento tormentoso, não seria desejável nem razoável que o STF venha abandonar o ônus/incômodo de julgar os homens poderosos da República. O direito é também uma luta pela implantação da paz social, por uma sociedade justa, feliz, igualitária, e jamais deve ser confundido com anarquismo administrativo, populismo jurídico e a submissão de magistrados aos desejos da mídia leiga.

Esse ‘foro especial abrasileirado’ (foro privilegiado restrito) ofenderá toda a história da evolução do direito constitucional nos países que adotam a Civil Law. Pergunta-se: o juiz de uma vara única junto com o promotor de justiça, numa cidade carente e pobre numa remota comarca, por exemplo, quase incomunicável do interior dos grandes estados do Centro Oeste, do Nordeste, ou da Amazônia, a conviver com elevado índice de mortes por ‘encomenda’ e tristes cenas de ‘matadores de aluguel’, etc., terá melhores recursos materiais ou maior força político-institucional, maior presença e apoio da polícia federal ou estadual, sofrerá menor prisão ... do que os membros do STF, para julgar um delito praticado por governador do Estado, um ministro de Estado, um procurador, um senador da República, entre outros? ■

*desembargador do TJMG

Colônias renovadas para as férias

Novo mobiliário garante mais comodidade

ANTONIO FERNANDES



Parque das Águas é uma das atrações de Caxambu

Para garantir a comodidade dos magistrados e familiares durante a estadia nas colônias de férias, a Amagis renovou parte do mobiliário das casas e apartamentos, que estavam desgastados pelo tempo e uso constante.

A unidade de Ubatuba (SP) recebeu novos fogões e geladeiras; em Caxambu (Sul de Minas), os aquecedores a gás, os sofás e as televisões foram trocados. Na colônia de Caldas Novas (GO), também foram instalados aparelhos de TV mais modernos.

Como parte das ações de preservação do patrimônio dos associados, o edifício Nautilus II, em Cabo Frio (RJ), onde a Amagis possui oito apartamentos, passa por obras de revitalização. Recentemente, um dos imóveis foi adaptado para receber pessoas portadoras de deficiência física. A colônia de Nova Viçosa (BA) passou, igualmente, por renovação, cujas obras foram concluídas no início deste ano.

SORTEIO DE VAGAS

Os magistrados interessados em passar as férias em uma das colônias da Amagis, durante a alta temporada (dezembro de 2017 a janeiro de 2018), têm até o dia 25 de agosto para fazer a inscrição. O sorteio será realizado no dia 31 do mesmo mês.

O regulamento das colônias de férias determina que cada associado só pode se inscrever para apenas uma das unidades oferecidas – Ubatuba, Caxambu, Caldas Novas, Cabo Frio e Nova Viçosa –, por apenas um período na alta temporada. Essa norma foi estabelecida em função da alta procura das colônias no final de ano e férias de verão.

As inscrições podem ser feitas pelo e-mail cacia@amagis.com.br. O associado que optar pela colônia de Nova Viçosa deve ainda escolher casa ou apartamento no ato da inscrição. Mais informações pelo telefone (31) 3079-3459, com Cácia Barbosa. ■

Normas para reserva de vagas

- ▶ **A desistência manifestada com antecedência igual ou superior a 70 dias à data de utilização implicará na restituição do valor pago integralmente;**
- ▶ **Se feita com antecedência de 50 a 69 dias à data de utilização implicará na restituição de 70% do valor pago;**
- ▶ **Com antecedência de 30 a 49 dias à data de utilização, a restituição será de 50%;**
- ▶ **Se manifestada em prazo inferior a 30 dias da data de utilização, a devolução será de 30%, mediante carta de crédito em nome do desistente;**
- ▶ **Independentemente do prazo de desistência, se houver a utilização do mesmo imóvel, no mesmo período, por outro associado, o desistente terá direito à restituição integral do valor pago;**

CONVÊNIOS E DESCONTOS

★ GARDEN CENTER

Arranjos, cestas de café da manhã e orquídeas com desconto de 10%. Serviços de ambientação e decoração de eventos, com desconto de 5%. Serviço gratuito de entrega de flores em datas comemorativas pré-agendadas.

Telefone: (31) 3222-9956

Endereço: Av. Bias Fortes, 750 – Lourdes, BH

★ SAMBA VACATION CLUBE

Aquisição de serviços de hotelaria, lazer e entretenimento com 15% de desconto na adesão ao Samba Vacation Clube, e 20% de desconto na hospedagem de conveniados mediante comprovação de vínculo.

Telefone: (31) 38886161

Endereço: Av. Raja Gabaglia 959 – Cidade Jardim, BH

★ CIA DO PNEU

Pneus Michelin/BFGoodrich com desconto de 8%, alinhamento e balanceamento com 25% de desconto, 20% de desconto na mão de obra da oficina, e higienização do ar condicionado - desconto de 20%.

Telefone: (31) 3335-0612

Endereço: Av. Bias Fortes, 955 – Lourdes, BH

★ BH MOTORS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.

Vendas de motocicletas Triumph zero km, com desconto de 3% sobre o preço público sugerido pela montadora, para motocicletas em estoque na concessionária.

Telefone: (31) 3297-1000

Endereço: Av. Barão Homem de Melo 4508 – Estoril, BH

MACONHA NO BRASIL

Os impactos da legalização da substância na economia brasileira

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

Intensifica-se no Brasil e no mundo, o debate sobre a legalização das drogas e se o enfoque do seu combate deve ser meramente repressivo.

Em 2015, o plenário do STF começou a julgar ação que chegou ao tribunal por recurso da Defensoria Pública, em processo envolvendo um presidiário flagrado na prisão com três gramas de maconha, condenado a prestar serviço comunitário por dois meses. A Defensoria Pública contestou a constitucionalidade da Lei de Drogas.

O ministro Gilmar Mendes defendeu a sua descriminalização para uso de todo tipo de droga, enquanto os ministros Edson Fachin e Roberto Barroso também votaram a favor, mas só para o porte de maconha. Os três declararam inconstitucional o artigo 28 da Lei de Drogas, que considera criminoso quem adquire, guarda, transporta ou leva consigo drogas para consumo pessoal. O julgamento, porém, foi interrompido por pedido de vista de Teori Zavascki, que veio a falecer em janeiro deste ano. A expectativa é de que o caso seja, em breve, devolvido ao plenário, já que existem hoje ao menos 315 ações desse tipo paralisadas, aguardando uma definição.

O ministro, embora entendendo que esta seria uma decisão do Congresso Nacional, defende a legalização da maconha como forma de aliviar a crise no sistema penitenciário. Para ele, a medida desmontaria o tráfico de drogas e, com isso, o número de presos diminuiria. Ressaltou que a sua posição não é ideológica a favor das drogas, mas pelo combate ao tráfico, afirmando que "A gente deve legalizar a maconha. Produção, distribuição e consumo. Tratar como se trata o cigarro, uma atividade comercial. Ou seja: paga imposto, tem regulação, não pode fazer publicidade, tem contrapropaganda, tem controle. Isso quebra o poder do tráfico. Porque o que dá poder ao tráfico é a ilegalidade. E, se der certo com a ma-

conha, aí eu acho que deve passar para a cocaína e quebrar o tráfico mesmo." Acrescentou em seu voto: "Não acho que droga seja bom. Não sou a favor de droga. Eu sou contra a criminalização como ela é feita no Brasil, porque as consequências são piores do que

laría mediante um sistema de licencias oficiais análogas a las que existen para el tabaco e el alcohol (y que serverían, entre otras cosas, para mantener las drogas alejadas de los niños), respaldadas por políticas estrictas y multas."

Transpondo o consumo do Uruguai,

um preso, calculado pelo Departamento Penitenciário Nacional, subestima o seu custo real. Lado outro, usando-se os dados disponíveis e os estimados, os gastos com prisões relacionadas ao tráfico de entorpecentes no Brasil foram, em 2014, de R\$ 3,32 bilhões. O menor custo de um preso, segundo análise dos Planos Diretores do Sistema Prisional dos Estados e do Distrito Federal de 2007 a 2008 pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário (agosto de 2007 a julho de 2008), foi o de Goiás (R\$ 451,00) e o maior custo, o de Santa Catarina (R\$ 1.740,00). Tais valores obviamente devem ser corrigidos.

De acordo com O GLOBO, de 20/11/2011, "O Brasil gasta com presos quase o triplo do gasto com alunos". Por ano, nos presídios estaduais, R\$ 21 mil, por preso, em média, nove vezes mais do que o gasto anual por aluno no ensino médio, R\$ 2,3 mil. Já os gastos com o sistema prisional – com um total de presos 607.373, sendo 151.843 por porte e tráfico de entorpecentes, ao custo mensal do preso de R\$ 1.824,44. O gasto prisional com porte e tráfico de entorpecentes atinge R\$ 3,32 bilhões.

E quem embolsa toda essa fabulosa grana são os traficantes... ■

(*) Desembargador

O NÚMERO DE PESSOAS QUE CONSOMEM MACONHA, POR MÊS, É DE R\$ 2.744.712 (R\$ 4,20 POR GRAMA). ASSIM, O GASTO POR PESSOA É DE R\$ 2.073,60, E O GASTO TOTAL POR ANO, NO BRASIL, É DE R\$ 5,69 BILHÕES.

os benefícios. Eu educo meus filhos numa cultura de não consumir droga. Mas acho que a melhor forma de combater a droga é legalizando".

Em nosso país, um grupo expressivo de pesquisadores e profissionais da saúde propõe a regulamentação das substâncias hoje ilícitas, de acordo com o grau de periculosidade de cada uma. Enfatiza a economia da legalização, seja com os gastos

quando foi legalizada a maconha (17% de expensão), para o Brasil, os gastos com o nosso consumo poderiam alcançar R\$6,68 bilhões. O número de pessoas que consomem maconha, por mês, é de R\$ 2.744.712 (R\$ 4,20 por grama). Assim, o gasto por pessoa é de R\$ 2.073,60, e o gasto total por ano, no Brasil, é de R\$ 5,69 bilhões. Ressalta-se que os custos de um preso na fase policial e durante a

POR ANO, NOS PRESÍDIOS ESTADUAIS, R\$ 21 MIL, POR PRESO, EM MÉDIA, NOVE VEZES MAIS DO QUE O GASTO ANUAL POR ALUNO NO ENSINO MÉDIO, R\$ 2,3 MIL.

do sistema prisional, da repressão policial, jurídicos-processuais e da saúde, entre outros, em se tratando de drogas mais suaves

Segundo a revista The Economist, citada por Enrique Gomes Hurtado, em La tragedia de la Droga, Santa Fe de Bogota, D.C., 1993, p. 77, "la oferta se regu-

instrução e julgamento na esfera judicial não foram contabilizados e somados a esse valor. Também não foram levados em conta os custos privados do preso com a família, com a empresa em que trabalhava e com a defesa (advogado, testemunhas, perícias e outros).

O custo médio de

Clube da Esquina é tema de mostra

Exposição ficará em cartaz até setembro

Dos versos de Carlos Drummond de Andrade à voz de Milton Nascimento, a Canção Amiga dá nome à exposição sobre o Clube da Esquina, movimento musical idealizado por jovens mineiros na década de 1970. A rica trajetória artística pode ser vista no Espaço do Conhecimento UFMG até setembro, no Circuito Cultural da Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

O poema Canção Amiga, de Carlos Drummond de Andrade, foi gravado por Milton Nascimento em 1978, para o LP Clube da Esquina 2, do qual participam compositores e músicos, como Fernando Brant, Flávio Venturini, Tavinho Moura, Lô Borges, Márcio Borges e Beto Guedes. A música é vista por alguns pesquisadores como um hino do Clube da Esquina.

A exposição Canção Amiga – Clube da Esquina é resultado das pesquisas do Centro de Referência de Música de Minas da UFMG. Na mostra, os visitantes passarão por três “esquinas” que evidenciam elementos do contexto social e político de 1972 a 1978, anos nos quais foram lançados os discos Clube da Esquina e Clube da Esquina 2.

Na primeira esquina, o visitante tem contato com canções em forma de brincadeiras – como bola de meia, bola de gude – que expressam manifestações da cultura popular e outras marcadas pela religiosidade. Já a segunda une cidade e natureza dando destaque ao meio ambiente. A terceira esquina aborda a realidade e a utopia, a partir dos questionamentos que os artistas faziam dos problemas de sua época. ■

ISABELLE CHAGAS



Esquina temática da exposição



Mais informações sobre a exposição pelo telefone

(31) 3409-8350

Especializado em **assessoria técnica nos processos judiciais e extrajudiciais.**

Dictum
instituto de gestão e perícia



dictuminstituto.com.br
(31) 3282-5374

**Agosto:
mês do Direito,
do Magistrado e
do Advogado.**

Nada mais justo que comemorar!

AGENDA CULTURAL

KIEV BALLET – TRIBUTO A TCHAIKOVSKY

Data: 24 de agosto
Local: Grande Teatro do Palácio das Artes
Horário: 21h
Ingressos: fcs.mg.gov.br

Local: Sala Minas Gerais
Ingressos: filarmonica.art.br/concertos/ingressos

FEIRA MODERNA – UM WOODSTOCK MINEIRO 12/08

Data: 12 de agosto
Horários: Abertura dos portões às 12h, e início dos shows às 14h.
Ingressos: festivalfeira moderna.com.br

ZUKERMN, NO PÓDIO E NO VIOLINO

Data: Dias 17 e 15 de agosto
Horário: 20h30



lucastleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



jonastleiloeiro.com.br

Sr(s) Magistrado(s): Realize seus leilões com o Leiloeiro Público Oficial



Publicidade



Suporte Jurídico



Site com 100.000 visualizações mês



Equipe especializada e Treinada



Software exclusivo e cadastro de arrematantes e interessados.

Leilões On line e Simultâneos



(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br



GRUPO CRÉDITO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

Despachantes - Engenheiros
Economistas - Liquidantes Judiciais
Corretores Imobiliários - Contabilistas
Administradores Judiciais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

Centro Oncológico é novo credenciado no Triângulo

Ampliação da rede credenciada no interior é meta da diretoria

PASCELLI



Unidade do COT em Uberlândia

A Amagis Saúde credenciou, no final de junho, o Centro Oncológico do Triângulo (COT). O novo convênio faz parte das ações da diretoria da Associação, que visam ampliar a rede credenciada do plano, particularmente nas comarcas do interior, oferecendo mais opções e comodidade para o tratamento médico dos associados.

Com uma unidade em Uberlândia e outra em Araguari, o novo credenciado conta com especialistas em mastologia, reumatologia, dermatologia, oncologia e oncologia clínica, radio-oncologia e radioterapia. O COT conta ainda com um centro de pesquisa criado em 1998, no qual são realizados estudos multicêntricos, conduzidos simultaneamente em vários centros de pesquisa, com pacientes voluntários.

Em pouco mais de um ano, após a diretoria da Associação abrir consulta aos usuários do plano para a indicação de hospitais, clínicas, laboratórios e médicos de diferentes especialidades para que fossem firmados novos convênios, a rede credenciada da Amagis Saúde recebeu cerca de 70% de novos credenciados no interior do Estado.

As indicações de novos profissionais ou instituições ainda podem ser feitas pelo e-mail credenciamento@amagis.com.br. Após ser notificado, o setor de credenciamento entrará em contato com a pessoa ou empresa indicada para estudar a possibilidade de que seja firmado o convênio com a Amagis Saúde. A rede credenciada do plano de saúde da magistratura mineira está disponível no site amagis.saude.com.br. ■



Consulte a rede credenciada da Amagis Saúde no site amagissaude.com.br

DICAS

Vantagens de fazer exames pela Amagis Saúde

🕒 **É possível fazer um exame mesmo com a guia de pedido da Unimed?**

Sim, pois a Amagis Saúde aceita os pedidos feitos na guia da Unimed.

🕒 **Qual a economia gerada com o uso da Amagis Saúde?**

Ao optar pela Amagis Saúde, o usuário não paga pela taxa administrativa de 17,7%, cobrada quando o exame é feito pela Unimed.

🕒 **Como o pedido de exame deve ser solicitado?**

Quando o médico for fazer o pedido de exame, peça a ele que o faça em seu próprio receituário. Caso isso não seja possível, basta pedir ao médico para imprimir o pedido para que você possa levá-lo ao laboratório.

🕒 **E se não for possível imprimir o pedido?**

Caso o médico não tenha como imprimir o pedido, o usuário do plano de saúde pode levar o código (senha) fornecido pelo médico para que o atendente possa acessar o pedido diretamente pelo laboratório.

🕒 **Qual procedimento deve ser adotado na clínica ou laboratório?**

É importante informar ao atendente que você deseja fazer o procedimento pela Amagis Saúde, mesmo que o pedido tenha sido feito em uma guia da Unimed.

As dúvidas podem ser esclarecidas pelos telefones (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481. ■

Magistrados aprovam ações preventivas

Integração, bons médicos e atividades físicas dão mais qualidade de vida

Atenção à saúde dos magistrados sempre foi uma das pautas prioritárias da Amagis, desde a criação do plano de saúde em 28 de abril de 1976. Nesses 41 anos, a Amagis Saúde foi consolidada como modelo de autogestão em saúde, ampliando não só a cobertura dentro e fora do Estado, mas intensificando sua atuação para a promoção e prevenção da saúde dos associados.

Uma das primeiras iniciativas nesse campo foi o Integramagis, instituído em 2002, com o objetivo de proporcionar, em um ambiente descontraído, a integração entre os magistrados, aliado a palestras sobre os cuidados com saúde.

Frequentadora assídua do projeto desde 2003, a juíza Adriana Garcia Rabelo considerou importantes as ações de promoção da saúde, como o Integramagis. "A carreira do magistrado é muito estressante. Por isso, a medicina preventiva é de grande valia, sobretudo para orientar o magistrado a ter uma vida mais saudável". Para a juíza, o Integramagis cumpre ainda o papel de estreitar as relações entre magistrados aposentados e os da ativa.

Consolidado o Integramagis, a diretoria da Associação criou, em 2011, o programa Amor à Vida, que atua na prevenção dos fatores de risco que podem causar doenças, como destaca o

Cardiologista Danilo Pires e juiz Nicolau Lupianhes

GEORGIA BACVAROFF



"Focamos na prevenção para evitar que o paciente tenha alguma doença que possa vir a causar uma limitação a ele"
Danilo Castro Pires de Almeida

médico cardiologista, Danilo Castro Pires de Almeida: "Focamos na prevenção para evitar que o paciente tenha alguma doença que possa vir a causar uma limitação a ele".

O programa conta ainda com a atuação de um endocrinologista, nutricionista e geriatra. De acordo com Danilo Pires, a expectativa da equipe é orientar o associado para que ele tenha uma qualidade de vida cada vez melhor.

Segundo o juiz Nicolau Lupianhes Neto, que se consulta com os médicos do 'Amor à Vida' desde 2014, o programa oferece

atendimento humanizado, com profissionais qualificados, que contam com apoio da equipe da Amagis Saúde. Para ele, esses fatores se traduzem em benefícios e no alcance dos resultados pretendidos pelos pacientes e especialistas. "Todas as iniciativas da Amagis em ações preventivas se traduzem em qualidade de vida", disse.

No Parque Esportivo da Associação, são realizadas atividades físicas orientadas pelo fisioterapeuta Roberto Barata. Para o juiz Jorge Paulo dos Santos, que participa das aulas, os exercí-

cios trazem benefícios para a saúde, principalmente no caso dos juizes que trabalham sob pressão. "Você não vai encontrar esse atendimento em outra academia", afirmou o magistrado.

Ele destacou ainda que, antes de dar início às atividades físicas, o associado é atendido pelos médicos do 'Amor à Vida' para que o fisioterapeuta possa definir os exercícios de forma individualizada, a partir da necessidade de cada magistrado. "As pessoas precisam conhecer e participar mais das ações preventivas", comentou. ■